

6. Annexes.

6.1. Programme de la mission.

20 – 21 Novembre 2008	Voyage de Paris à Manaus.
21 – 22 Novembre 2008	Manaus. Réunion de briefing avec Jean François Kibler et Laerte Nogueira, coordinateurs du projet Floresta Viva. Révision de la documentation disponible
23/11 – 25/11 2008	Voyage en avion de Manaus à Tabatinga. Visite de terrain à Tabatinga et Benjamin Constant. Visite des menuisiers et ébénistes de ces deux municipalités Participation au séminaire de cloture du projet.
26/11 – 28/11 2008	Manaus. Réunion avec Madame Sila Mesquita, Secrétaire adjointe de forêts et extractivisme. SDS. Réunion avec Madame Adelia Didia, Secrétaire exécutive de Gestion Environnementale sur les résultats du macro zonage. SDS. Réunion avec M. Valdenor Pontes Cardoso. SDS. Réunion avec M. Malvino Salvador. Directeur de l'IDAM. Réunion avec Madame Nadia C de Avila. Secrétaire de la SDS. Réunion avec M. Luis Henrique Piva. CECLIMA. SDS. Réunion avec M. Sebastião de Souza Nunes, Directeur de l'ITEAM et trois assesseurs de cet Institut, Mesdames Kikue Muraya et Lucia Handa. Réunion avec Madame Rocio Chacelui Ruiz, consultante du Ministère de l'Environnement. Brasilia. Réunion avec Madame Mara Rubia Benevides Said et M. João Paulo Viera de Oliveira, IPAAM.

Rencontre avec Madame Ludmila Caminha Barros. Juriste.

- 29/11 au 2/12 2008 Visite de terrain à Boa Vista do Ramos et Maués. Voyage en bateau.
Visite a la communauté São Tome, sur le Rio Curuça. Réunion.
Voyage en voadera (pirogue rapide) jusqu'à Maués
Participation au séminaire de cloture du projet à Maués. Rencontre avec Philippe Waldhorf, avec la responsable de la gestion de la forêt de Maués, Sra Rosana
- 2 – 3 Décembre 2008 Réunion avec M. Christian Castellanet (GRET), Jean François Kibler, et Catherine Perroud.
- 4 – 5 Décembre 2008 Manaus. Participation au séminaire de cloture du projet Floresta Viva.
- 6 – 7 Décembre 2008 Voyage de retour de Manaus à Paris.

6.2. Principaux documents consultés.

- AFLORAM. Floresta Viva. Apuí, Subsídios na elaboração de uma estratégia de difusão do manejo florestal em pequena escala pela AFLORAM. Março de 2007. (diaporama)
- Boniacic, Claudio, Lossack, Harald, e al. Nações Unidas. Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas. Junho 2007. Santiago. Chile. GTZ. CEPAL. SDS. Governo do Estado do Amazonas.
- Calame, Pierre. La démocratie en miettes. Pour une révolution de la gouvernance. Ed Charles Leopold Mayer et Descartes & Cie. Paris, 2003.
- Caminha Barros, Ludmila. A regularização do "direito de uso de recursos florestais" para Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala – PMFSPE no Amazonas. Consultoria jurídica. 12 de setembro de 2008. Projeto Floresta Viva.
- Comby, Joseph. La propriété, de la Déclaration des droits au Code civil. Revue Etudes foncières, n°108, mars-avril 2004.
- Gouvernement de l'Amazonas, Projet Floresta Viva. Manejo florestal sustentável em pequena escala na Amazonas. Orientações técnicas e administrativas. 2008.
- ITEAM, diaporama de Sebastião de Souza Nunes, directeur de l'ITEAM. Octobre 2007.
- Malcolm Childress. Banque Mondiale, ADR notes # 30. Février 2008.
- Merlet, M., Jamart, C.. Situation et devenir des agricultures familiales en Amérique latine. AGTER. 2007. www.agter.asso.fr
- Merlet, M., Thirion S. et Garces V.. États et sociétés civiles, accès à la terre et développement rural : renforcer les capacités pour de nouvelles formes de gouvernance. http://www.icarrd.org/fr/icard_doc_down/Issue_Paper2.pdf . FAO. Janvier 2006. 30 p. Document thématique # 2 de la Conférence Internationale sur la Réforme Agraire et le Développement Rural (ICARRD).
- Merlet, M., Les fonds autogérés de développement: intérêt, enjeux et défis en matière d'appui institutionnel. Iram, REDEV, Ministère des Affaires Etrangères, 2006.
- Sablayrolles, P., Kibler, J.F., Castellanet, C. Vers une nouvelle politique forestière en Amazonie brésilienne? Des expériences innovantes dans le Para et l'Amazonas.

Ainsi que la documentation très complète accumulée par le projet, accessible sur les deux sites suivants.

- www.florestavivaamazonas.org.fr
- www.florestavivaextrativismo.org.br

6.3. Termes de référence de la mission (en portugais).

I. CONTEXTO

O Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala – MFSPE no Amazonas

O Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala – MFSPE tem sido promovido pelo Governo do Amazonas nos últimos cinco anos, como parte do Programa Zona Franca Verde, programa governamental inovador que procura combinar a conservação da floresta e o desenvolvimento econômico e social com base no uso sustentável dos recursos florestais em benefício da população rural do interior.

O governo construiu um novo marco legal e institucional para a implementação desse programa. Em 2003 criou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS. A Agência de Florestas do Amazonas -AFLORAM, autarquia da SDS, cumpriu durante quatro anos uma função de “laboratório institucional”, testando e promovendo técnicas de manejo florestal nos municípios do interior do Amazonas. Em maio de 2007, as atribuições da AFLORAM sobre assistência técnica e apoio a comercialização foram transferidas respectivamente ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas - IDAM e à Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS, com o intuito de consolidar a base institucional do programa.

Uma norma específica sobre **planos de manejo florestal sustentável em pequena escala -PMFSPE** foi desenhada e publicada pela SDS, visando a agilização da regularização fundiária e a simplificação dos procedimentos técnicos e administrativos para áreas manejadas até 500 ha.

Desde 2003, mais de 800 PMFSPE foram elaborados com a assistência técnica da AFLORAM e do IDAM. Além desses planos de manejo individuais, também existem **planos de manejo florestal sustentável comunitários - PMFSC** implementados por associações rurais.

Paralelamente a essas ações públicas especificamente voltadas às atividades produtivas ligadas ao manejo florestal, deve-se mencionar outras iniciativas relevantes focadas na conservação da floresta e no pagamento de serviços ambientais: a criação de mais de 10 Milhões de hectares de Unidades de Conservação Estaduais (UCE), a promulgação de uma Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), a adoção de uma Lei de Mudanças Climáticas, e o programa Bolsa Floresta como mecanismo de pagamento de serviços ambientais para os moradores das UCE.

Duas leis estruturantes serão trabalhadas nos próximos meses : a Lei de Terras do Amazonas (revisão da Lei atual) e a Lei Florestal do Amazonas (consolidação do arcabouço normativo e legal atual).

O Projeto Floresta Viva

O **Projeto Floresta Viva -PFV** foi desenhado pelo GRET¹, AFLORAM e SDS, com o objetivo de fortalecer a difusão do manejo florestal sustentável em pequena escala no Amazonas, particularmente no que diz respeito aos aspectos técnicos, a comercialização da madeira e a fiscalização. O PFV tem um claro foco de inclusão socio-ambiental das populações tradicionais do Amazonas, com o intuito de torná-los aliados dos poderes públicos no controle e proteção da floresta. O PFV acredita que é possível construir arranjos institucionais entre poderes públicos (Federal, Estadual e Municipal), o setor produtivo e a sociedade civil para tornar realidade o uso sustentável dos recursos florestais.

¹ GRET: Groupe de Recherche et d'Echanges Technologiques, ONG – www.gret.org

Baseado no acompanhamento de experiências concretas de PMFSPE e PMFSC implementados em três regiões representativas do Amazonas, o PFV formulou recomendações para aprimorar a política pública estadual sobre manejo florestal. “Política pública” abrange todos os aspectos legais, institucionais e metodológicos que influem

sobre a difusão do manejo florestal no Amazonas.

Desde 2005, o PFV construiu uma ampla rede de parcerias com instituições públicas tais como a Secretaria Executiva Adjunta de Floresta e Extrativismo - SDS/SEAFE, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, o Instituto de Terras do Estado do Amazonas - ITEAM ... Outros parceiros são associados ao PFV, tais como a Escola Agrotécnica Federal de Manaus - EAFM, a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá - IDSM.

Mais de 800 PMFSPE elaborados no Amazonas podem ser considerados um sucesso. Porém, é importante notar que esses resultados merecem ser consolidados: menos de 50% dos PMFSPE receberam Licenças de Operação (LO) e 20% no máximo foram efetivamente explorados até a presente data. O programa do manejo florestal foi dificultado por diversos fatores nos primeiros anos. Um gargalo maior é a emissão das LOs pelo IPAAM, centralizado e burocratizado. As mudanças institucionais decididas em maio de 2007 (da AFLORAM para o IDAM e ADS) desestruturou por um tempo os “times” técnicos que assumiam a assistência técnica. A prioridade política do governo de “vender” nas esferas internacionais a imagem de um “carbon free Amazonas” com “zero desmatamento” e “pagamento por serviços ambientais” também não ajudou muito.

A pesar dessas dificuldades, o PFV fez algumas contribuições relevantes: contribuições na revisão das normas sobre PMFSPE, subsídios no processo de revisão da Lei de Terras do Amazonas sobre os “direitos de uso dos recursos florestais”, orientações para a modernização do Sistema de Gestão Ambiental Pública do Amazonas, a construção de ferramentas para monitoramento e vistoria dos PMFSPE, contribuições na formação e treinamento de técnicos e engenheiros florestais, a estruturação de uma linha de produção e comercialização de móveis de madeira de floresta manejada, a elaboração de dois portais institucionais sobre madeira de floresta manejada (www.florestavivaamazonas.org.br) e produtos extrativistas (www.florestavivaextrativismo.org.br).

Manejo florestal sustentável em pequena escala e política florestal

Considerando a riqueza da experiência acumulada durante cinco anos pela AFLORAM (e agora o IDAM), a demanda crescente das comunidades rurais para PMFSPE e PMFSC e a várias iniciativas institucionais em preparação ou já em andamento para superar os gargalos identificados, o PFV acha o momento apropriado para realizar uma avaliação abrangente do potencial e perspectivas do manejo florestal em pequena escala dentro da política florestal do Amazonas.

Essa avaliação deverá ser uma contribuição significativa no momento da elaboração da Lei Florestal do Amazonas.

Bibliografia selecionada e recomendada disponível no portal :

Análise ambiental e de sustentabilidade do Estado do Amazonas – CEPAL/GTZ -junho 2007¹
Relatórios de atividade do Projeto Floresta Viva 1² & 2³

II. OBJETO DA CONSULTORIA

O consultor deverá responder às três seguintes perguntas:

- O manejo florestal sustentável em pequena escala representa uma alternativa pertinente e realista para a conservação da floresta e desenvolvimento sustentável do Amazonas ?

¹ www.florestavivaamazonas.org.br/download/relatorios/0706_Analise_ambiental_e_sustentabilidade_AM.pdf

² www.florestavivaamazonas.org.br/download/relatorios/061030%20rapport%20activités%20français.pdf

³ www.florestavivaamazonas.org.br/download/relatorios/080206_rapport_activités_francais_2.pdf

- A “política florestal” em construção cria as condições requeridas para a difusão e viabilização do manejo florestal em pequena escala no Amazonas ?
- O que deveria ser reforçado, modificado ou agregado na presente “política florestal” em construção para viabilizar e consolidar o manejo florestal em pequena escala no Amazonas ?

Definições:

“*manejo florestal sustentável em pequena escala*”: inclui planos de manejo florestal individuais ou comunitários implementados por populações tradicionais, seja orientados para colheita de madeira ou colheita de produtos extrativistas. No entanto, uma atenção particular será dada nos planos de manejo florestal individuais orientados na colheita da madeira.

“*Política florestal*”: abrange todos os aspectos legais, normativos, institucionais e de governança que orientam, viabilizam e controlam o uso sustentável e a conservação das florestas do Estado do Amazonas.

III. ASSUNTOS CHAVES A SEREM ANALIZADOS

Nas análises, recomendações e produtos finais, o consultor colocará particular (embora não exclusiva) atenção nos seguintes assuntos chaves:

- . *O objetivo de inclusão socio-ambiental das populações rurais que tradicionalmente realizam extração e beneficiamento da madeira como uma fonte principal de renda familiar:*

Estimamos que a população “tradicional” diretamente envolvida na extração e beneficiamento da madeira nos municípios do interior representa aproximadamente 15.000 famílias, movimentando anualmente cerca de 400.000 m3 de madeira. Esse seguimento de população deveria ser explicitamente considerado nas recomendações.

- . *A diversidade das situações fundiárias e territoriais no Amazonas rural.*

Os consultores deverão analisar a situação das terras privadas, das áreas protegidas (Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável, Terras Indígenas), dos assentamentos, e das florestas públicas (já “usadas” informalmente ou ainda sem uso). Cada uma dessas categorias oferece um potencial diferenciado para manejo florestal e é regulamentado por um marco legal - normativo específico.

- . *A definição de um marco legal e institucional que permita o reconhecimento dos direitos de uso dos recursos florestais para as populações tradicionais, e que garanta um controle eficaz do bom uso dos recursos florestais.*

A questão principal aqui é de diferenciar a “titulação da terra” e o “reconhecimento dos direitos de uso dos recursos florestais” (recursos que estão “em cima” da terra). Mecanismos de governança local (a serem construídos) deveriam ajudar a orientar e controlar a outorga desses direitos de uso.

- . *A definição de um marco legal e institucional que ofereça “condições efetivas de acesso a legalidade” para a população rural do Amazonas.*

Hoje, os detentores de PMFSPE dos municípios do interior devem protocolar as suas solicitações de Licença de Operação (LO) no IPAAM, em Manaus. Os altos custos de transação são proibitivos e constituem uma verdadeira barreira a legalidade para os pequenos extratores do interior. Isso representa uma questão chave que deverá ser tratada e analisada, com varios cenários de parcerias, delegação de responsabilidades, desconcentração e descentralização.

- . *A definição de um marco legal e institucional para a “fase de transição à legalidade” que, garantindo um sistema eficaz de controle da floresta e de rastreabilidade dos produtos madeireiros, não penalize injustamente os pequenos extratores tradicionais que não tem acesso a legalidade e não tem outra opção do que praticar ilegalmente a colheita de madeira para sustentar suas famílias.*

O desafio é a construção de um arcabouço legal e institucional que permita gerenciar essa “fase de transição a legalidade” de uma forma politicamente construtiva, legalmente aceitável, institucionalmente factível e socialmente justa.

- . *A definição de um marco legal e institucional de controle adaptado à “fase de aprendizado”, que não desincentive os que fazem esforços para legalizar a sua atividade e implementar planos de manejo florestal.*

O desafio é a construção de mecanismos normativos e institucional que permitam gerenciar de forma inteligente e construtiva a “fase de aprendizado” por parte dos extratores e das próprias instituições.

- . *A pertinência e as perspectivas de usar mecanismos de “pagamento de serviços ambientais” para fortalecer a viabilidade social e econômica dos PMFSPE.*

O processo de extração de madeira por meio de manejo florestal custa mais do que a exploração tradicional (devido a custos de operação e transação maiores). A promoção e difusão das práticas de manejo florestal em regiões onde a exploração tradicional domina, requer de mecanismos coletivos de governança, que também têm um custo. Hoje, os mecanismos de pagamento por serviços ambientais experimentados pelo governo (Bolsa Floresta) reconhecem os esforços daqueles que se comprometem a “não desmatar” dentro das Unidades de Conservação. Mecanismos similares poderiam ser testado para subsidiar parte dos custos marginais do manejo florestal (sejam coletivos ou individuais).

- . *As necessidades em termo de informações e pesquisas para fortalecer as cadeias produtivas florestais, particularmente madeireiras, e a conservação da floresta no Amazonas.*

Trata-se de identificar linhas de pesquisas prioritárias (legal, social, econômicas, florestais...), e mecanismos institucionais de geração e gestão de informações relevantes para ajudar a viabilizar as cadeias produtivas florestais.

IV. RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS

O consultor deverá entregar três produtos relacionados, **que responderão à perguntas formuladas nas seções II e III** :

- Produto 1: descrição de cenários de evolução da floresta no Amazonas, com particular ênfase no potencial e perspectivas do manejo florestal sustentável em pequena escala, frisando pontos críticos, interrogações, potenciais e ameaças.
- Produto 2: recomendações para consolidar uma política florestal estadual socio-ambientalmente inclusiva, que crie as condições de viabilidade do manejo florestal sustentável para as populações tradicionais do interior.
- Produto 3: Contribuições para elaboração de um programa e/ou dispositivo de pesquisa e de geração e gestão de informações que consolide as cadeias produtivas florestais do Amazonas, particularmente as cadeias produtivas relacionadas aos planos de manejo florestal sustentável em pequena escala.

Os produtos deverão ser redigidos em português ou francês.

V. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA CONSULTORIA

O consultor se baseará principalmente nas seguintes fontes de informação:

- Revisão de bibliografia e estudos (internet, portais, Manaus)
- Entrevistas com pessoas chaves em Manaus (SDS, SEAFE, IDAM, IPAAM, ADS, ITEAM, CEUC, IBAMA, INCRA, GTA, CNS, Greenpeace...)

- Oficinas de discussão com alguns atores económicos e institucionais da cadeia produtiva madeireira em alguns municípios do interior onde atua o projeto Floresta Viva, conforme possibilidade de tempo (logística organizada pelo Projeto Floresta Viva).

A consultoria será organizada da forma seguinte:

- 5 dias de preparação
- 13 dias em Manaus-AM e municípios para entrevistas e redação de uma nota a ser apresentada no seminário
- 2 dias em Manaus-AM para apresentação e discussão dos resultados num seminário de trabalho sobre manejo florestal em pequena escala
- 3 dias para redação do relatório final

A coordenação e a organização logística da missão serão realizadas pela equipe do Projeto Floresta Viva.

VI. PRAZO DE EXECUÇÃO

A consultoria deveria ser realizada entre o 17 de novembro e 7 de dezembro de 2008, sendo obrigatória a presença em Manaus nos dias 4 e 5 de dezembro.

Relatórios provisórios (dos três produtos) deverão ser entregues para a Coordenação do projeto Floresta Viva até o dia 3 de dezembro, para ser incluídos no seminário organizado nos dias 4 e 5 de dezembro.

Os relatórios definitivos (os três produtos) serão enviados para a Coordenação do projeto Floresta Viva num prazo de 30 dias após conclusão da missão no Amazonas.

VII. CONSULTOR

O consultor deverá ter 10 anos de experiência internacional comprovada em política agrária, florestal e/ou de gestão de recursos naturais, com conhecimento da problemática da floresta da Amazônia brasileira (socio-ambiental, legal e institucional).

O consultor deverá dominar a língua portuguesa (fala e leitura no mínimo).

6.4. Diaporama présenté lors du séminaire de clôture du Projet Floresta Viva.

Diapositive
1



O Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala na política florestal do Estado do Amazonas – Brasil. 12/2008.

Consultoria. Projeto Floresta Viva.

Michel Merlet

Diapositive
2



Termos de referência

Responder às três perguntas :

- O manejo florestal sustentável em pequena escala representa uma alternativa pertinente e realista para a conservação da floresta e desenvolvimento sustentável do Amazonas ?
- A “política florestal” em construção cria as condições requeridas para a difusão e viabilização do manejo florestal em pequena escala no Amazonas ?
- O que deveria ser reforçado, modificado ou agregado na presente “política florestal” em construção para viabilizar e consolidar o manejo florestal em pequena escala no Amazonas ?

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

2

Diapositive
3



Índice da apresentação

1. Interesse e relevância do Programa. Os desafios.
2. Dificuldades relacionadas com duas questões fundamentais.
 - a) Para o nível legal. A concepção da propriedade.
 - b) Para o nível político, social, econômico. Soberania e governança.
3. Algumas recomendações
 - a) Mais meios financeiros e humanos ao nível do Estado.
 - b) Programas para o desenvolvimento de capacidades novas de governança local
 - c) Regularização fundiária: complementariedades entre o individual e o coletivo
 - d) Desafios que passam os limites do Estado.

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

3

Diapositive

4



Interesse e relevância do Programa. Os desafios grandes.

1. Proteção da floresta. Desafio / mundo.
2. Desenvolvimento sustentável / Populações desfavorecidas.

Os processos em desenvolvimento:

- a. Apropriação de bens Comuns. Captação de rendas (renda da terra, ...).
- b. Conflitos entre grupos sociais e interesses diferentes (para o nível local, do Estado, mas também além disso, para o nível nacional e internacional). Relações de força.

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

Diapositive

5



Interesse e relevância do Programa. Estratégias e eixos de trabalho do Estado

1. Modificar as relações de força dentro dos espaços comuns, construindo uma aliança entre os pequenos produtores e os extrativistas / conservacionistas / populações urbanas.
 - O programa Zona Franca Verde (exemplos)
 - Gestão sustentável da Floresta em Pequena Escala. (Leis novas e práticas novas)
 - Incorporação de líderes dos movimentos sociais nas instituições do Estado
 - Macro-zoneamento.
2. Construir uma aliança nova ao redor do controle da mudança climática. Estado / Brasil / mundo.
 - Lei de mudanças climáticas.

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

Diapositive

6



Principais Dificuldades.

Duas questões fundamentais

- a) Para o nível legal. A concepção da propriedade.
- b) Para o nível político, social, econômico. Soberania e governança.

... compartilhadas com muitas regiões do Mundo.

Construção de um novo paradigma.

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

Diapositive

7

Os problemas legais e de governança. Propriedade absoluta ou Direitos múltiplos?

Direito de propriedade absoluta <i>considerado falsamente como um direito fundamental do homem</i> Um dono só detém todos os direitos Mas há limites impostos pelas leis (Função social, ...) Terras da União, do Estado, dos Distritos municipais, e Terras privadas	Exemplos das Políticas do Amazonas Macro-Zoneamento Criação de Zonas de Desenvolvimento Sustentável Que acontece fora destas áreas? Conselhos de gestão Consultivos ou deliberativos Tipos de direitos Direito de posse Concessão Real de Uso Direito de superfície Direito Pleno e definitivo de propriedade	Propriedade de direitos Direitos múltiplos de várias naturezas - Direitos de uso nos Recursos Naturais e na Terra - Direitos de controle e gestão - Direitos de transferência (venda, herança, ...) Vários donos de direitos
---	--	--

M.Merlet. Projeto Floresta Viva. Dezembro 2008

Diapositive

8

Os textos originais.

O código civil de 1804 (França). Artigo 544

- "a propriedade é o direito de desfrutar e de possuir as coisas do modo mais absoluto ...
- Sob reserva que os usos delas não seja proibido pelas leis e os regulamentos."

A declaração dos direitos humanos

- artigo acrescentado no último momento
- O texto original disse: "as propriedades são um direito inviolável e sagrado; ninguém pode ser privado delas, fora quando for de necessidade quase pública, legalmente verificada, e com condição de receber uma compensação justa e prévia"

M.Merlet. Projeto Floresta Viva. Dezembro 2008

Diapositive

9

Dois mecanismos fundamentais de criação dos direitos fundiários no Mundo

Da base para cima Direitos adquiridos com o tempo Mecanismo legal fundamental: a prescrição aquisitiva (usucapião) Típico dos Estados independentes (ou centros dos imperios)	Da cima para a base Direitos dados pelo Estado O mecanismo legal : título da terra, registro / cadastro Típico das colonias
--	--

Existe o mesmo fenômeno com as normas, os regulamentos, as leis.

Jurisprudência, adaptações e evoluções, ... revoluções

M.Merlet. Projeto Floresta Viva. Dezembro 2008

Diapositive
10

 **Porque as situações legais de posse fundiário se tornaram marginais na América Latina ?**

- A cessão legal de direitos sobre a terra continua sendo a prerrogativa dos Estados nacionais. Eles herdaram do poder colonial a "propriedade" do chão inteiro.
- Só uma minúscula parte das novas terras ocupadas é legalizada. **A extra-legalidade se torna a regra.**
- A regularização se fez a posteriori, (tradição colonial) e sem usar a disposição do Código civil da prescrição aquisitiva.
- → Porta aberta para os mais poderosos para apropriar-se dos recursos e da terra comuns de modo ilegal, e de forma injusta e socialmente inaceptável (grilagem)
- Não existe somente uma necessidade de mecanismos de controle do poder público, mas também de mecanismos de controle da população (Sociedade Civil).

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

10

Diapositive
11

 **Diferentes « Tipos » de direitos**

1. Direitos de uso / recursos
2. Direitos de gestão, de controle / território
3. Direitos de transferência / tempo

**modalidades de gestão,
mediação,
normas**

Possuidores diferentes:
indivíduo, família, grupo social,
associação, município, Estado,
União, humanidade

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

11

Diapositive
12

 **Algumas conclusões sobre o uso das palavras e dos conceitos**

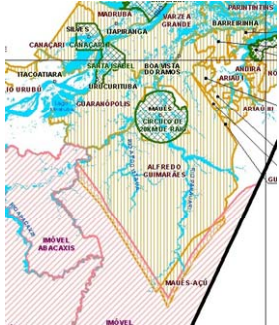
- Não falar de propriedade da "**terra**", mas de "**direitos sobre a terra e os recursos**"
- Um título abrange alguns direitos, **mas não todos** os direitos
- Diferentes "**Regimens de propriedade**", mais explícito que "diferentes tipos de propriedade"
- Não existe só um marco legal possível no Mundo, mas **sistemas múltiplos que constantemente mudam**

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

12

Diapositive
13

aGter Glebas da União, do Estado, dos Municípios, ou Terras privadas ?



- Zonas embutidas uma dentro da outra
- Níveis de governança
- Subsidiariedade
- Autonomia relativa

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

13

Diapositive
14

aGter Os problemas legais e de governança

1. Os processos de administração capazes de responder melhor aos grandes desafios da humanidade ainda não existem. É necessário criá-los, é necessário inventá-los.
2. Para os diferentes níveis
 - Mundo
 - Nacional
 - Estado
 - Municípios
 - Zonas Protegidas
 - Comunidades

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

14

Diapositive
15

aGter Propriedade ou direito de uso afiançado?
O que olhamos e ouvimos.

- Grande parte dos problemas das normas atuais vem da exigência de documentos fundiários que consideram uma única forma de direito afiançado: a propriedade privada ou formas de transição até ela.

Necessidade de direitos que possam ser opostos a terceiros

Levar em conta a natureza da atividade extrativista

Importância da gestão territorial

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

15

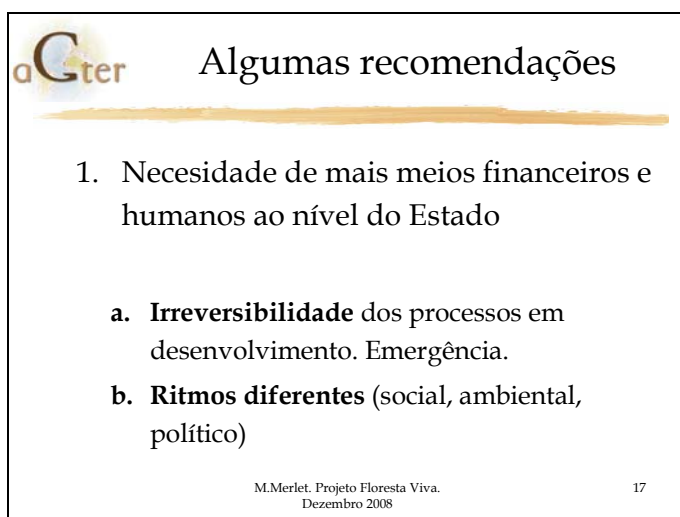
Diapositive

16



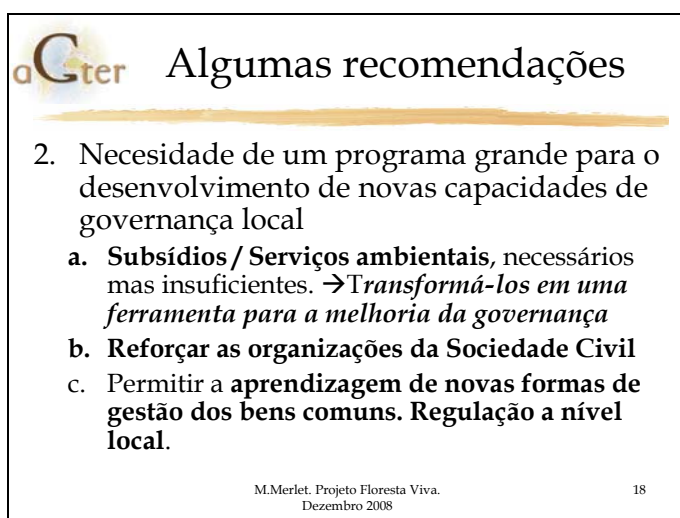
Diapositive

17



Diapositive

18



Diapositive

19



Porque este programa é indispensável ?

1. A construção de novos arranjos sociais é complexa. Não existem soluções já feitas, disponíveis.
2. Os fundos de investimento local podem ser ferramentas excelentes para aprender de novas modalidades de governança (cf. FUMAC do Nordeste)
 - dispositivo que permite aprender fazendo, em tópicos não muito sensíveis e com ações reversíveis
 - caráter progressivo e reversibilidade
 - **controle social cruzado**
 - formação de capacidades na prática

19

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

Diapositive

20



Algumas recomendações

3. Regularização fundiária: desenvolver complementariedades entre o individual e o coletivo

Trabalhar conjuntamente

- 1/ regularização fundiária para coletividades, grupos de comunidades e
- 2/ formas para garantir os direitos individuais das pessoas e das famílias dentro das áreas coletivas, com normas mínimas gerais e flexibilidade local.

No é só uma responsabilidade local, também o estabelecimento de normas é responsabilidade dos níveis estaduais e federais

20

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

Diapositive

21



Algumas recomendações

4. Desafios que passam dos limites do Estado
 - a. Desenvolver relações com as dinâmicas federais e contribuir para mudar o arcabouço legal e o paradigma de desenvolvimento. (trabalhando com o Ministerio Público)
 - b. Desenvolver participação nos debates mundiais e conseguir recursos para financiar o programa de desenvolvimento das capacidades locais de governança.

21

M.Merlet. Projeto Floresta Viva.
Dezembro 2008

Diapositive
22



Muito obrigado.

*Associação pela melhoria da governança da terra,
da água e dos recursos naturais*

www.agter.asso.fr
www.agter.org